



Senado garante liberação de saques de FGTS inativo



À mesa entre os senadores Cássio Cunha Lima e Romero Jucá, Eunício Oliveira conduz a sessão que aprovou a nova lei

Eunício Oliveira, como presidente do Congresso Nacional, promulgou a lei que tem publicação prevista para a edição de hoje do *Diário Oficial da União*

A medida provisória que permite saque de contas inativas do FGTS perderia validade em 1º de junho. Isso prejudicaria trabalhadores nascidos de setembro a dezembro, porque para eles o calendário de saques começa em 16 de junho. O texto também aumenta a remuneração das contas individuais do fundo.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, elogiou os senadores de oposição por não dificultarem a aprovação do projeto. Foram injetados R\$ 24,4 bilhões na economia do país desde o início da medida provisória, valor que pode chegar a R\$ 40 bilhões até o prazo final para saques, segundo estimativas da Caixa Econômica Federal. **3**

Movimentos sociais se dizem vítimas de criminalização **2**

Comandante da Marinha se queixa de falta de verbas **7**

Debate aponta que governo precisa escutar população **2**

Três MPs entram na pauta com validade até quinta-feira **6**

Especialistas pedem proteção especial para meninas **2**

Debatedores afirmam à CPI que Previdência tem falso deficit

Representantes da Sociedade Brasileira de Previdência e do Conselho Federal de Economia disseram que o governo usa recursos do setor

para outros fins, o que mascara os dados sobre o deficit. A reforma também foi criticada pela CNBB e pelo Conselho Federal de Serviço Social **4**



Senadores Hélio José e Paulo Paim com Miragaya, do Conselho de Economia



A presidente da comissão, Marta Suplicy, conduz audiência com especialistas a respeito da prevenção do suicídio

Psiquiatras querem ações para prevenir suicídios

De acordo com estatísticas apresentadas em audiência na Comissão de Assuntos Sociais, uma pessoa se suicida a cada 45 minutos no Brasil. Especialistas afirmaram que os suicídios vêm aumentando no país e que é preciso haver ações públicas de prevenção

do problema. Eles pediram aos senadores que apresentem um projeto de lei que crie a Semana Nacional de Valorização da Vida, a ser celebrada sempre em setembro, como forma de fazer a sociedade refletir sobre transtornos mentais e sobre suicídio. **8**

Eunício: manifestar é legítimo, mas com ordem

Para o presidente do Senado, Eunício Oliveira, o direito de se manifestar é legítimo e sagrado nas democracias, mas de forma ordeira. Ele disse que Temer revogou o decreto sobre segurança por constatar a normalização. **5**

Comissão mista poderá investigar a empresa JBS

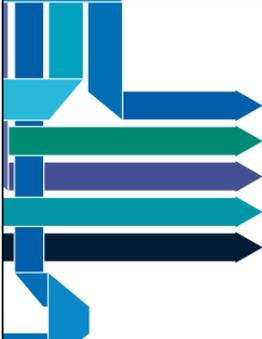
Foi lido o requerimento de instalação de CPI mista para investigar denúncias sobre a empresa JBS, a delação premiada de seus sócios e operações com o BNDES. Agora serão conferidas as assinaturas de parlamentares. **5**

Andamento da reforma trabalhista é questionado

O andamento do projeto da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos foi questionado por Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, que apresentaram questão de ordem contra o relatório ter sido dado como lido. **4**

Lei de Migração entrará em vigor em 180 dias

A nova Lei de Migração, publicada ontem, foi sancionada com vetos a 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até julho de 2016, independentemente de situação anterior. **6**



Descomplicamos o orçamento público
Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.
Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



Debate: movimento social é alvo de criminalização

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa destacou o aumento da violência no país, citando a manifestação em Brasília e chacina no Pará, ambas na quarta-feira

REPRESENTANTES DE GRUPOS sociais denunciaram ontem em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos que “um acirrado processo de criminalização dos movimentos organizados e de trabalhadores” vem se desenvolvendo no Brasil.

No debate, sugerido por Regina Sousa (PT-PI), presidente da CDH, os convidados disseram que a violência vem sendo regra geral no país, envolvendo atos praticados por inimigos dos movimentos sociais e também ações das forças policiais, no cumprimento de decisões de juízes ou por requisição de autoridades. Como exemplo, Regina citou a repressão contra manifestantes que, na quarta-feira, participavam na Esplanada dos Ministérios de protesto contra o presidente Michel Temer e as reformas trabalhista e previdenciária.

— Essa audiência tem tudo a ver com o dia de ontem [quarta] e com ações com base na Lei Antiterrorismo, a partir da qual houve crescente aumento da criminalização dos movimentos. Pegam as lideranças e já querem enquadrar nessa lei — criticou a senadora

Chacina no Pará

A chacina ocorrida na quarta-feira em Pau d'Arco, no Pará, também foi mencionada. Durante ação de reintegração de posse determinada pela Justiça, policiais assassinaram dez posseiros — nove homens e uma mulher. Representante dos quilombolas, Rose Meire dos Santos Silva observou que casos de violência no campo



A quilombola Rose Meire fala em audiência presidida por Regina (4ª à esq.)

ocorrem todos os dias, mas a maior parte nem é noticiada.

Direito à terra

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, setores ligados ao latifúndio e ao agronegócio estão agindo de modo articulado nesse processo para criminalizar e reprimir os segmentos que lutam pelo direito à terra.

Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Alberto França Dias observou que a demarcação das terras indígenas foi um direito previsto na Constituição, para efetivação em até cinco anos, mas até hoje o processo se arrasta lentamente.

Repressão

Avanilson Araújo, da Central Social e Popular/Conlutas, lamentou que leis e inovações institucionais feitas por governo petistas estejam sendo agora utilizadas contra a população e os movimentos organizados. Ele citou a

criação da Força Nacional de Segurança, da Lei de Combate às Organizações Criminosas e da própria Lei Antiterrorismo.

A seu ver, servem ao mesmo propósito os atos de convocação do Exército por suposta necessidade de manutenção da ordem, como aconteceu durante a Copa do Mundo e as Olimpíadas e no protesto de quarta-feira em Brasília.

O senador Paulo Rocha (PT-PA) contou ter participado ontem de uma audiência com a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, com outros parlamentares. O objetivo foi questionar o decreto de convocação das Forças Armadas, assinado pelo presidente Michel Temer (que foi revogado pelo próprio Executivo na manhã de ontem).

— Foi uma medida de um governo fraco, que já caiu, mas insiste em se manter, por meio de ato como aqueles dos velhos tempos de chumbo grosso contra a democracia — comentou o senador, em referência à iniciativa de Temer.

Audiência aponta necessidade de ouvir as meninas

A prevalência de um olhar adulto e masculino tem negligenciado a necessidade de políticas voltadas para as meninas e as adolescentes. Essa é a avaliação das palestrantes que participaram ontem de audiência pública sobre empoderamento das meninas.

A representante do Unicef na audiência, Gabriela Mora, revelou que no SaferNet, canal de ajuda contra a violência na internet, “as meninas são as que mais denunciam situações de vulnerabilidade”. Para ela, é preciso trazer a voz das meninas para a discussão

sobre o que fazer. A estudante Laís Almeida, de 17 anos, que é negra, disse que há vários tipos de meninas — “brancas, negras, quilombolas, indígenas, lésbicas” — e que cada uma enfrenta lutas específicas.

A administradora-executiva da Fundação Abrinq, Heloisa Oliveira, abordou como a cultura brasileira se situa em relação a meninos e meninas, frisando dispositivos que subordinam a mulher em documentos como o Código Civil (1917) e o Estatuto da Mulher Casada (1962).

Também participaram a ex-senadora Emilia Fernandes e a deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP), que presidiram a mesa, além de representantes do governo e do setor educacional.



Procuradoria da Mulher ouve parlamentares, alunas e representantes de órgãos

Especialistas pedem integração entre povo e instituições políticas

A Comissão Senado do Futuro promoveu uma audiência pública ontem sobre mecanismos de integração da sociedade às instituições políticas. Os convidados se referiram a esse processo como “democratização da democracia” e afirmaram que isso é fundamental para reforçar a cidadania e promover a justiça social.

O presidente da comissão, Hélio José (PMDB-DF), afirmou que as instituições políticas estão “sob desconfiança popular” e que esse é um desafio a ser superado a partir do fortalecimento da participação do povo.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Aurino Giacomelli disse que é necessário um “pacto nacional” em favor da coletividade. Para ele, o país vive um momento de crise “sui generis”, mas que oferece a oportunidade de uma “depuração política”, uma vez que as pessoas estão mais atentas e mais dispostas a oferecer a sua voz do que o normal.

— O pacto democrático se consolida na renúncia do “um” pela ascensão do “todos”. Contribuímos com a nossa decisão política por meio do nosso voto. A vocação da democracia é o bem comum — afirmou o advogado.

Giacomelli trouxe uma pauta de reforma política discutida no Conselho Federal da OAB que traz pontos como o fim das coligações nas eleições legislativas, o fim da reeleição nos cargos do Executivo, o voto distrital misto e a cláusula de barreira para conter a “promiscuidade partidária”. Ele disse que a

Ordem valoriza iniciativas de inclusão das mulheres na política e prioriza o fim da influência do poder econômico nas eleições.

Desigualdades sociais

O professor Pedro Gontijo, integrante da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), afirmou que abordar a desigualdade em níveis mais basilares da sociedade é mais importante do que tratar de regulações do sistema eleitoral. Para ele, a participação democrática verdadeira é impossível sem correções econômicas e sociais.

— O sistema eleitoral é apenas a ponta do processo democrático. Se a população não tem condições de participar do processo em condições de igualdade, é uma democracia de fachada — reforçou.

Gontijo criticou a falta de canais para participação popular nas reformas econômicas em andamento no Congresso e apontou que diversos dispositivos de integração cidadã aos processos institucionais inscritos na Constituição jamais foram postos em funcionamento.

O superintendente do Patrimônio da União no Distrito Federal, Francisco Nilo Gonsalves Junior, reforçou a necessidade de os gestores e agentes públicos contribuírem no processo de “democratização da democracia”, ajudando a construir bases sólidas para que as gerações futuras encontrem portas abertas e acreditem nos valores do sistema democrático.



Para o senador Hélio José (2º à esq.), políticos estão sob desconfiança

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h Sessão destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Senado aprova MP e confirma saques do FGTS

A medida provisória que permite retirar o saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço já injetou R\$ 24,4 bi na economia e deve chegar a R\$ 40 bi, segundo a Caixa Econômica

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 763/2016, que permite o saque dos recursos das contas inativas do FGTS sem a carência de três anos exigida pela lei. Por não ter sofrido mudanças, a MP foi promulgada pelo Congresso, com publicação prevista para a edição de hoje do *Diário Oficial da União*.

Se a MP não fosse aprovada até 1º de junho, perderia validade e o direito ficaria ameaçado para trabalhadores nascidos entre setembro e dezembro, porque o saque para essas pessoas começa a partir de 16 de junho. Para os nascidos em dezembro, só após 14 de julho. A data limite para saque para todos os trabalhadores é 31 de julho.

Após aprovação da MP, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, parabenizou a oposição por ter deixado de lado diferenças para defender os interesses dos trabalhadores.

— A oposição tem se comportado como oposição, mas tem colaborado com o país. Essa é uma matéria que colabora com o país, com 15 milhões de trabalhadores brasileiros que precisam sacar esse dinheiro. Seria uma estultice se a oposição não entendesse dessa forma.

A MP, agora transformada em lei, beneficia trabalhadores que pediram demissão até 31 de dezembro de 2015 ou que não tenham conseguido sacar no caso de demissão por justa causa.

O texto também aumenta a remuneração das contas individuais do fundo ao determinar que sejam distribuídos 50% dos rendimentos obtidos com o financiamento de programas de habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana.

O aumento da remuneração das contas do FGTS passaria, segundo cálculos do governo, dos atuais 3,7% ao ano para 5,5% ao ano, “sem riscos às taxas de aplicação do fundo ou à sua liquidez no médio e longo prazos”.

Com a iniciativa, o Executivo pretende esvaziar o apelo de ações na Justiça que reivindicam correção da conta vinculada de cada trabalhador pelo índice da poupança, que paga 6% ao ano.

O relator da MP na comissão mista, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), registrou a importância de o Senado consagrar a continuidade dos saques do FGTS, que já beneficiou mais de 15 milhões de trabalhadores e deve injetar, até o fim do calendário de saques, mais de R\$ 40 bilhões na economia.

— O dinheiro do saldo do FGTS dos trabalhadores já movimentou o mercado varejista, gerando muitos milhares de empregos.

Contas inativas

O trabalhador que tiver saldo em contas inativas do FGTS poderá sacá-lo sem cumprir carência de três anos ininterruptos de inatividade exigida



A aprovação da medida provisória ocorreu sem dificuldades de entendimento entre senadores governistas e de oposição

pela lei. Essa exceção criada pela MP atinge contas inativas existentes em 31 de dezembro de 2015 e, principalmente, trabalhadores que pediram demissão ou não conseguiram apresentar a documentação no tempo hábil para sacar quando demitidos.

A Lei 8.036/1990 já permite o saque do saldo da conta vinculada ao emprego do qual o trabalhador saiu se ocorreu demissão sem justa causa ou por fechamento da empresa. Com a MP, o saque poderá ocorrer mesmo se a pessoa conseguiu novo emprego e seguirá cronograma estabelecido pela Caixa, segundo a data de aniversário do trabalhador.

Pagos 84,3%

Até o momento, já foram liberados os recursos dos nascidos de janeiro a agosto. Segundo o último balanço, divulgado na semana passada pela Caixa, já foram pagos R\$ 24,4 bilhões aos beneficiários. O valor equivale a 84,3%

dos R\$ 29 bilhões previstos para as primeiras etapas.

O FGTS é formado por depósitos mensais a cargo do empregador, cada um no valor de 8% do salário pago ao empregado.

Remuneração

O fundo rende 3% ao ano mais a taxa referencial (TR) e pode ser sacado nos casos de demissão sem justa causa, aposentadoria, aquisição da casa própria e algumas doenças.

Em 2015, o total financiado pelo FGTS em programas de desenvolvimento urbano foi de cerca de R\$ 100 bilhões, dos quais R\$ 12,1 bilhões foram destinados a descontos para os atendidos pelo Minha Casa, Minha Vida.

A remuneração dos recursos administrados por esses programas é maior que a prevista em lei para as contas vinculadas, resultando em um superavit que não era repassado aos trabalhadores.

A primeira distribuição de resultados será relativa ao ano de 2016 e alcançará todas as contas vinculadas com saldo positivo em 31 de dezembro desse ano. O depósito da remuneração extra ocorrerá até 31 de agosto de 2017.

O rateio, proporcional aos saldos das contas vinculadas, será com base no resultado obtido em reais ao fim de cada ano e limitado a 50%. Para isso, o resultado total será calculado depois do desembolso do desconto na prestação da casa própria para beneficiários do Minha Casa, Minha Vida.

O valor do resultado distribuído não fará parte da base de cálculo da multa rescisória por demissão sem justa causa, que é de 40% sobre o saldo dos depósitos da empresa.

Com Agência Câmara

Verifique se tem conta inativa do FGTS e qual o saldo:
www.caixa.gov.br/contasativas
 0800 726 2017
 0800 726 0207

Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares vai a sanção

O Plenário aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 42/2016, que institui 24 de junho como Dia Nacional do Policial e do Bombeiro Militares. A proposta segue para sanção presidencial.

De acordo com o autor, deputado federal Subtenente Gonzaga (PDT-MG), diversas profissões possuem data comemorativa em razão de sua relevância, o que ainda não existe para policiais e

bombeiros militares. A data escolhida remete ao dia 24 de junho de 1997, quando o cabo Valério dos Santos Oliveira foi atingido por bala perdida durante protesto da PM por melhores condições de trabalho e de salário, em Belo Horizonte. O militar faleceu aos 36 anos.

O relator do projeto na Comissão de Educação (CE) foi o ex-senador Pinto Itamaraty.

Aeroporto de Congonhas receberá nome do deputado Freitas Nobre

O Senado aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 89/2012, que dá ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, o nome de Aeroporto Deputado Freitas Nobre. A proposta, de autoria do ex-deputado João Bittar, segue para sanção presidencial.

Cearense, o ex-deputado José Freitas Nobre era, além de político, jornalista, advogado, professor e escritor. Ficou conhecido por sua

luta pela redemocratização do país. Foi vice-prefeito de São Paulo e, vítima de perseguição política no período pós-1964, exilou-se na França.

Após retornar ao país em 1967, voltou à vida pública. Foi deputado federal por seis mandatos consecutivos e se dedicou, em especial, à luta pela anistia e pelo movimento “Diretas Já”. Ele faleceu em São Paulo em 1990.

PEC que torna estupro crime imprescritível já pode ser votada

Está pronta para ser votada, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que inclui o crime de estupro no rol de delitos imprescritíveis e inafiançáveis (PEC 64/2016). A proposta passou ontem pela terceira e última sessão de discussão, antes da votação final.

De autoria de Jorge Viana (PT-AC), a PEC determina a punição do estupro independentemente do tempo entre a ocorrência e a denúncia do crime. Além disso, o criminoso não poderá aguardar julgamento em liberdade mediante pagamento de fiança.

A legislação atual estabelece que, no caso de estupro, o tempo de prescrição pode se estender por até 20 anos. Em caso de estupro de vulnerável (menor de 14 anos de idade), a contagem só começa após a vítima completar 18 anos.

Após a votação em segundo turno, a proposta deve seguir para análise na Câmara dos Deputados.

Município catarinense ganha título de Capital Nacional do Gado Jersey

O Plenário aprovou o projeto que confere ao município de Braço do Norte (SC) o título de Capital Nacional do Gado Jersey. A proposta segue para sanção.

O PLC 74/2013 é do deputado Ronaldo Benedet

(PMDB-SC) e teve como relator, na Comissão de Educação (CE), o ex-senador Inácio Arruda. Na justificativa, o autor diz que a cidade “realiza, anualmente, a maior exposição de gado Jersey da América Latina” e que

ter notoriedade nacional e internacional “impulsionará a economia local, baseada principalmente no manejo do gado leiteiro”.

Características como a rusticidade, a adaptabilidade, a precocidade leiteira e

a longevidade tornaram o gado Jersey atraente para os produtores da região do Vale de Braço do Norte, onde predominam as pequenas e médias propriedades, frequentemente em terreno acidentado, explicou Benedet.

Reforma da Previdência é criticada em CPI

De acordo com debatedores, governo federal destina recursos do setor para outras finalidades, o que faz com que os dados oficiais apresentem um falso déficit

A CONFERÊNCIA NACIONAL dos Bispos do Brasil (CNBB), o Conselho Federal de Economia e o Conselho Federal de Serviço Social manifestaram-se ontem contra a reforma da Previdência, durante audiência pública no Senado. Na reunião, promovida pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, as entidades acusaram a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 de agravar a desigualdade social e ir na direção oposta à retomada do crescimento econômico e da geração de empregos. As entidades pedem ainda uma auditoria na Previdência.

Falso déficit

Para o vice-presidente para Regimes Próprios da Sociedade Brasileira de Previdência Social, Luiz Alberto dos Santos, o governo se apropriou de recursos da Previdência para outros fins e apresenta dados “mascarados” sobre o déficit.

— Recursos foram canalizados para finalidades estranhas à Previdência. Houve um desvio trilionário de recursos que não voltaram — assinalou.

Para ele, a Previdência do setor público já passou por reformas e as estimativas do governo demonstram uma progressiva redução nas necessidades de financiamento.

O presidente do Conselho



Ao lado de debatedores, o presidente da CPI, Paulo Paim, afirma que a maioria do povo é contrária às mudanças

Federal de Economia, Júlio Miragaya, foi outro a afirmar que o governo apresenta um falso déficit para justificar a proposta. De acordo com ele, há na verdade uma série de subtrações das receitas previdenciárias como a desvinculação de receitas da União (DRU) e sonegações fiscais.

— O governo mente ao dizer que será bom para o povo. A verdade é que a maioria nem sequer se aposentará mesmo com 65 anos porque não conseguirá 25 anos de contribuição. Hoje, 76% dos aposentados não estariam aposentados se essas regras estivessem em vigor — afirmou.

Miragaya apontou que a

proposta, se aprovada, provocará impacto negativo nas economias dos milhares de pequenos municípios do Brasil.

— Cerca de 70% dos municípios vão ter uma queda brutal nos seus rendimentos com a redução dos benefícios previdenciários. Nesses municípios as receitas previdenciárias superam o Fundo de Participação dos Municípios — disse.

Vulneráveis

Para a CNBB e os dois conselhos, as mudanças têm de proteger os vulneráveis, idosos, titulares do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e trabalhadores rurais.

— Temos lido que o governo quer aprovar reforma da Pre-

vidência para sinalizar para o mercado. Isso não tem ética. Não podemos onerar os pobres —disse o secretário-geral da CNBB, dom Leonardo Ulrich Steiner.

Integrante do Conselho Federal de Serviço Social, Mariana Furtado Arantes avaliou que as regras desconsideram direitos adquiridos e colocam critérios quase impossíveis de serem atendidos.

— A população mais pobre não acessará a Previdência, ou, se acessar, será por muito pouco tempo — lamentou a conselheira.

O relator da CPI, Hélio José (PMDB-DF), disse que a reforma não pode prejudicar servidores públicos e traba-

lhadores da iniciativa privada que contribuem todo mês com a Previdência, mas deve ir atrás de devedores, como o frigorífico JBS, que deve mais de R\$ 2 bilhões.

— Estão querendo pegar o servidor público de bode expiatório — protestou.

Manifestação

O presidente da CPI, Paulo Paim (PT-RS), observou que 95% da população é contra a reforma da Previdência e a reforma trabalhista propostas pelo governo Temer. Ele também criticou a violência policial contra manifestantes no ato de quarta-feira que reuniu milhares de pessoas em Brasília. De acordo com o senador, que acompanhou a manifestação do alto de um carro de som, a PM deveria ter agido contra encapuzados infiltrados que usavam de violência, não contra todos os manifestantes:

— De repente surgiram 30 encapuzados. Não vi nenhum ser preso. Os 30 encapuzados começaram, sim, a atirar pedras, mas quase 100 mil pessoas estavam lá aplaudindo a chegada da comitiva de parlamentares que subiu no carro de som. Eles foram colocados lá por aqueles que não queriam que o ato acontecesse — afirmou.

Senadoras questionam tramitação de alterações na CLT

As senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentaram ontem questões de ordem contra o andamento do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na terça-feira, após desentendimento entre alguns senadores, o presidente do colegiado, Tasso Jereissati (PSDB-CE), deu como lido o relatório de Ricardo Ferraço (PSDB-ES) e concedeu vista coletiva à proposta, o que permite que o projeto seja votado na próxima semana.

Segundo Gleisi, não houve pedido de vista. Ela alega também que o presidente da CAE descumpriu o regimento

ao dar como lido um relatório que não havia sido distribuído para os senadores. A senadora pediu a apuração dos fatos, a suspensão da tramitação do PLC 38 e a anulação da reunião.

— Em momento algum o presidente anunciou que a matéria seria colocada em discussão. Em momento algum ele passou a palavra para o relator ler o relatório. Em momento algum o relatório foi lido. É uma clara afronta ao regimento — apontou.

Descumprimento

Gleisi completou a questão de ordem afirmando que Tasso descumpriu os princípios de publicidade e transparência ao



Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin acusam o presidente da CAE, Tasso Jereissati, de violar o regimento com a decisão

retirar a imprensa e que houve fraude nas notas taquigráficas e na ata da reunião.

— Há nesse caso um problema extremamente grave a ser apurado tendo em vista uma diferença muito grande entre o que de fato foi dito

pelo presidente da CAE, as filmagens registram isso, e o que foi formalizado.

Já Vanessa Grazziotin pediu que a Mesa do Senado determine à CAE o envio do projeto para analisar a anexação de outros projetos que tratam de

mudanças na CLT. Segundo Vanessa, o presidente da CAE não aceitou requerimento de sua autoria que solicitava o encaminhamento para a Mesa e também estaria violando o regimento:

— O projeto, por tratar de mais de uma centena de dispositivos da CLT, por óbvio versa sobre várias matérias em trâmite nesta Casa e que não podem ser desconsideradas. Embora a comissão tenha sido oficiada na segunda-feira, até a presente data a CAE não cumpriu a determinação — observou.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou que decidirá sobre as questões de ordem posteriormente.

Ministros do TST pedem mudanças na proposta de reforma trabalhista

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e dirigentes da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) entregaram ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, um documento com ponderações de 17 dos 27 ministros

do TST sobre o Projeto de Lei da Câmara 38/2017, que trata da reforma trabalhista. Para o grupo, alguns pontos prejudicam os trabalhadores.

Eunício destacou que vem garantindo o debate na Casa, já promoveu duas sessões temáticas e se comprometeu em pautar a reforma, no Plenário, sem pedido de urgência, mas após a apreciação em três comissões: Assuntos Sociais (CAS), Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição e Justiça (CCJ).

Participaram o ministro Maurício Delgado e as minis-

tras Delaíde Arantes e Maria Helena Mallmann, do TST; e, da Anamatra, Germano Siqueira, presidente, Guilherme Feliciano, vice-presidente, e Luiz Colussi, diretor de Assuntos Legislativos.

Da Assessoria da Presidência do Senado

Direito de manifestação é legítimo, mas de forma ordeira, diz Eunício

Presidente do Senado informou que recebeu carta de Temer justificando como “algo excepcional” a convocação das Forças Armadas

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, avaliou ontem a revogação do decreto do presidente Michel Temer que convocou as Forças Armadas para garantir a lei e a ordem no Distrito Federal, diante dos tumultos de quarta-feira na Esplanada dos Ministérios. Ele informou que recebeu carta de Temer justificando a medida como algo excepcional.

— Não foi um ato contra o Congresso Nacional. O Congresso é o símbolo da democracia brasileira. É a representação do povo e do Brasil — explicou Eunício.

A medida foi adotada após a depredação de prédios públicos. O recuo na decisão, menos de 24 horas depois, decorreu da “constatação do retorno da normalidade na Esplanada”. Houve edição extraordinária do *Diário Oficial da União*.

— Seguramente, o que motivou o presidente da Câmara [deputado federal Rodrigo Maia] a pedir reforço da segurança foi o legítimo interesse em garantir o funcionamento daquela Casa. Tenho convicção de que os organizadores desse movimento não tinham a intenção de fazer o que se

deu ontem. O direito de se manifestar é legítimo e sagrado nas democracias, mas de forma ordeira e com respeito ao funcionamento das instituições — ressaltou Eunício.

Rodrigo Maia alega ter pedido envio da Força Nacional, não das Forças Armadas.

Os senadores da oposição, Lindbergh Farias (PT-RJ) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP), elogiaram a postura de Eunício na condução do Plenário em meio à convulsão de anteontem.

— Cumprimento Vossa Excelência pela forma apro-

priada, democrática, com que conduziu os trabalhos naquele momento tenso — disse Lindbergh.

José Medeiros (PSD-MT) reforçou os cumprimentos e lembrou que, em 2013, a então presidente Dilma também convocou as Forças Armadas para proteger bens públicos.

Antes da sessão, Eunício disse que via com naturalidade as manifestações, mas lamentava a perda de controle e a depredação do patrimônio público.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado



Ataídes quer investigar os termos da delação premiada de Joesley

Requerimento para instalar CPI mista da JBS é lido no Plenário

O requerimento de instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito (CPMI) para investigar irregularidades envolvendo a empresa JBS e sua holding J&F, incluindo operações financeiras com o BNDES, foi lido ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. Se na conferência das assinaturas for confirmado o apoio de 27 senadores e 171 deputados, será feita leitura em sessão do Congresso e a comissão poderá ser aberta.

Segundo o autor do pedido, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), o requerimento tem assinaturas de 32 senadores e pelo menos 200 deputados. Ele explicou que a CPMI vai apurar denúncias de fraudes e irregularidades em aportes concedidos pelo BNDES e por sua subsidiária, a BNDES Participações, à JBS a partir de 2007. Os aportes estão sob investigação da Polícia Federal, que deflagrou, em maio de 2017, a Operação Bullish.

Também serão averiguadas a compra e a venda de participação na empresa pela BNDESPar, que detém relevante parte do capital social da JBS.

A CPI mista deve analisar ainda os termos das delações e colaborações premiadas dos irmãos Joesley e Wesley Batista, empresários da JBS, firmadas com o Ministério Público e homologadas pelo Supremo Tribunal Federal. Ataídes questiona por que os acordos têm multas de baixo valor, sem pena de prisão nem monitoramento eletrônico, com permissão inclusive para fazerem viagens ao exterior.

Os ganhos expressivos que Joesley e Wesley obtiveram em investimentos no mercado de capitais feitos dias antes da divulgação dos acordos, a existência de um cartel no mercado de proteínas animais e as irregularidades fiscais da JBS perante os governos estaduais e federal, como débito com a Previdência de quase R\$ 2 bilhões, também serão objeto de investigação.

Telmário Mota elogia revogação das Forças Armadas nas ruas

Em discurso ontem, Telmário Mota (PTB-RR) elogiou a decisão do presidente Michel Temer de revogar o decreto que autorizava o uso das Forças Armadas para garantir a lei e a ordem no Distrito Federal.

— Se consultar a população, 90% querem o Exército nas ruas, sim, mas para prender criminosos que hoje impedem o cidadão de bem de andar nas ruas e conviver em casa.

Para ele, o país é vítima de interesses particulares, de partidos e empresas, que corrompem leis, direitos e poderes.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Lasier considera necessária convocação do Exército em Brasília

Lasier Martins (PSD-RS) considerou “compreensível e necessária” a convocação das Forças Armadas pelo governo para conter a depredação de prédios públicos na Esplanada dos Ministérios.

— Foi uma ação pontual, porque a polícia militar não estava dando conta de conter a depredação do patrimônio público.

O senador disse não ter dúvidas de que “o país está no rumo da decadência”, depois do quebra-quebra em Brasília e das incertezas sobre o governo Temer.



Gerardo Magela/Agência Senado

Vanessa condena medida presidencial e lamenta tumulto

Os tumultos ocorridos na quarta-feira durante manifestação em Brasília foram classificados como lamentáveis por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para ela, a violência partiu de “grupos infiltrados” entre os manifestantes.

A senadora também criticou o decreto do presidente Michel Temer que autorizou o uso das Forças Armadas nas ruas da capital do país. De acordo com Vanessa, Temer teve que revogá-lo diante dos apelos da própria base aliada.

— [O decreto] nos leva de volta àqueles 21 anos em que a população brasileira não tinha liberdade de expressão nem de manifestação — afirmou.

Gleisi defende ações militares pedidas durante o governo Dilma

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem que todas as vezes que a ex-presidente Dilma Rousseff pediu apoio das Forças Armadas no reforço ao policiamento foi em atenção a pedidos de governadores.

De acordo com a senadora, isso aconteceu durante grandes eventos esportivos, greves de policiais militares na Bahia e no Rio de Janeiro e ocupação de áreas na cidade do Rio em combate ao crime organizado. A senadora assegurou que em nenhum momento Dilma fez uso dos militares para reprimir manifestações.

— Em nenhum momento das manifestações de 2013 foi decretada a Garantia de Lei e da Ordem pelo governo federal.

Ana Amélia apoia medida de Temer para garantir ordem

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a convocação das Forças Armadas para preservar o respeito e defender instituições brasileiras.

Ela disse que negar essa necessidade é subestimar os atos de vandalismo que aconteceram quarta-feira em Brasília

— Quem vai pagar essa conta? Banheiros químicos transformados em trincheiras, bombas caseiras jogadas contra policiais, servidores públicos tornados reféns desta violência. E agora vem com cara de anjo aqui: “Ah os infiltrados, nós não”.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo Regina, polícia deveria ter prendido responsáveis por violência

Regina Sousa (PT-PI) lamentou os atos de violência na manifestação e afirmou que a baderna partiu de vândalos infiltrados nos movimentos sociais. Ela criticou a ação da polícia, que, para ela, deveria ter prendido os responsáveis pela violência. Ela também destacou que o uso de arma de fogo contra a multidão foi um ato ilegal da polícia.

A senadora também chamou a atenção para a criminalização dos movimentos sociais, especialmente no campo. Para ela, o massacre de trabalhadores rurais envergonha o Brasil diante do mundo, mas não obtém na mídia a mesma ênfase da depredação em Brasília.

Para Lindbergh, uso das Forças Armadas no DF foi “trapalhada”

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou ontem que não aceita que trabalhadores sejam responsabilizados pelo quebra-quebra que aconteceu na quarta-feira na Esplanada dos Ministérios em Brasília.

Segundo ele, Michel Temer tentou se aproveitar do momento de tensão para passar uma impressão de ordem e de força e, por isso, decretou o uso das Forças Armadas para reforçar a segurança nas ruas da cidade.

— Foi mais uma trapalhada de um governo sem rumo.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Medeiros diz que PT usa protestos para tentar voltar ao poder

A insistência de alguns políticos para haver eleições diretas no Brasil é, na verdade, para levar o ex-presidente Lula de volta ao poder, afirmou José Medeiros (PSD-MT). Segundo ele, o PT está desesperado porque Lula pode não ter condições jurídicas de ser candidato no pleito de 2018.

Para o senador, o PT usa até mesmo as manifestações populares para tentar voltar ao governo.

— [Os petistas] querem voltar para a Presidência e para isso eles fazem qualquer coisa. E ontem o dia deixou isso bem claro.



Waldeir Barreto/Agência Senado

Nova Lei de Migração é sancionada com vetos

Temer barrou 18 trechos, como casos de anistia a imigrantes e livre circulação de índios nas fronteiras. Texto substituiu Estatuto do Estrangeiro, adotado pela ditadura

FOI SANCIONADA COM uma série de vetos a nova Lei de Migração, que define os direitos e os deveres do migrante e do visitante no Brasil, regula a entrada e a permanência de estrangeiros e estabelece normas de proteção ao brasileiro no exterior. A Lei 13.445/2017 com os vetos foi publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

O presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizerem o pedido até um ano após o início de vigência da lei (que passa a valer daqui a 180 dias), independentemente da situação migratória anterior. A justificativa para o veto é que o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento dos estrangeiros.

O texto aprovado no Congresso revogava as expulsões decretadas antes de 5 de outubro de 1988, o que também foi vetado por Temer. Houve ainda veto à obrigação de permanência de estrangeiros que tenham cometido crimes no país e que sejam residentes aqui por mais de quatro anos. Para Temer, a regra impossibilitaria a expulsão de criminosos graves, apenas por eles



Líder do governo, Romero Jucá conversa com o relator do projeto no Senado, Tasso Jereissati

serem residentes de longa data no país.

Outro dispositivo barrado foi a livre circulação de indígenas e populações tradicionais entre fronteiras, em terras tradicionalmente ocupadas. Para Temer, isso entraria em confronto com a Constituição.

O imigrante também não poderá exercer cargo, emprego e função pública, ou entrar no país por conta de aprovação em concurso público. O exercício de cargo público por es-

trangeiro, segundo Temer, seria uma “afronta à Constituição e ao interesse nacional”.

Proposta

O texto é decorrente de substitutivo (SCD 7/2016) apresentado pela Câmara dos Deputados ao projeto (PLS 288/2013) original do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O substitutivo foi aprovado no Senado em 18 de abril.

A proposição estabelece, entre outros pontos, punição para o traficante de pessoas, ao tipificar como crime a ação de quem promove a entrada ilegal de estrangeiros em território nacional ou de brasileiro em país estrangeiro. A pena prevista é de reclusão de dois a cinco anos, além de multa.

Pela nova lei, a residência poderá ser autorizada ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que tenha oferta de trabalho, já tenha possuído nacionalidade brasileira no passado, ganhe asilo, seja menor de 18 anos desacompanhado ou abandonado, seja vítima de tráfico de pessoas ou trabalho escravo, ou esteja em liberdade provisória ou em cumprimento de pena no Brasil. Todos terão que ser identificados por dados biográficos e biométricos.

A residência poderá ser negada se a pessoa já tiver sido expulsa do Brasil, se tiver praticado ato de terrorismo ou estiver respondendo a crime passível de extradição, entre outros.

A nova Lei de Migração foi proposta por Aloysio para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980), adotado durante o regime militar. Para o relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), a antiga lei era defasada e enxergava o migrante como uma ameaça.

Senado recebe três medidas provisórias que perdem validade na próxima semana

Chegaram ontem ao Senado três medidas provisórias aprovadas pela Câmara dos Deputados. O presidente do Casa, Eunício Oliveira, comunicou que as MPs têm vigência até quinta-feira e já foram incluídas na pauta do Plenário.

A MP 762/2016 prorroga a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante, beneficiando mercadorias cuja origem ou destino final sejam portos nas Regiões Norte ou Nordeste. Pelo projeto de lei de conversão da MP encaminhado ao Senado (PLV 11/2017), em vez de em 2019, o prazo final da isenção será em 8 de janeiro de 2022.

A MP 764/2016 autoriza desconto na compra de bens e serviços com pagamento à vista, proibindo contratos de prestadoras de serviço de excluir essa possibilidade conforme a forma de pagamento

(dinheiro, cartão de crédito, cheque). A única mudança feita pelos deputados, transformando o texto no PLV 6/2017, é a previsão de que o lojista deve informar, em local e formato visíveis ao consumidor, eventuais descontos oferecidos em função do prazo ou do instrumento de pagamento utilizado.

Já a MP 767/2017 aumenta as carências para concessão

do auxílio-doença, da aposentadoria por invalidez e do salário-maternidade, no caso de o segurado perder essa condição na Previdência Social e retomá-la posteriormente. Também cria um bônus para os médicos peritos do INSS com o objetivo de diminuir o número de auxílios concedidos há mais de dois anos sem a revisão legal prevista para esse prazo.



Eunício Oliveira anuncia que MPs têm vigência somente até o dia 1º de junho

Eunício: “Não fiz o acordo sobre prazo para apreciar MPs vindas da Câmara”

Eunício Oliveira disse que não fez acordo de líderes contemplando o prazo mínimo de sete dias para examinar as medidas provisórias que chegam da Câmara. Segundo ele, essa decisão foi monocrática, feita pelo então presidente da Casa, Renan Calheiros.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) questionaram a votação da MP 763/2016, que liberou saques do FGTS. A apreciação da MP aconteceu fora do prazo regimental de duas sessões de discussão no Plenário. Eunício garantiu que, quando não for um caso regimental, vai solicitar autorização das lideranças, como fez ontem. Mas alertou sobre as prerrogativas da

Presidência do Senado.

— Nos demais casos, em relação a prazo, a matéria chegando e sendo lida antes das duas sessões deliberativas, a Mesa tem liberdade de pauta-la enquanto não houver, por esta Presidência, um outro entendimento, obviamente com apoio dos líderes.

Eunício ressaltou ainda que o Senado não é “mero carimbador” de medidas provisórias que chegam da Câmara e que a medida vale para as duas Casas. Ele disse que deve dialogar com a Câmara para encontrar uma solução que permita ao Senado fazer alterações nas MPs e que elas voltem em tempo de serem apreciadas pela Câmara sem perder a validade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Situação orçamentária da Marinha gera preocupação, alerta comandante

Ouvido em debate ontem, Eduardo Bacellar disse que a Força é a que mais sofre com o contingenciamento de recursos para o setor de defesa

PARA POSSUIR UMA esquadra digna da relevância geopolítica do Brasil, a Marinha precisa de destinações orçamentárias anuais entre R\$ 3,2 bilhões e R\$ 3,4 bilhões, disse ontem o comandante da Marinha, almirante de esquadra Eduardo Bacellar, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O atual cenário de restrições, advertiu, tem causado grandes dificuldades, uma vez que para 2017 a verba disponível será de R\$ 2,34 bilhões, sem contar os contingenciamentos.

— Precisamos de pelo menos mais R\$ 800 milhões por ano pra que o Brasil tenha uma esquadra de acordo com suas necessidades. Isso precisa ser acertado ou a nossa esquadra de superfície vai desaparecer em pouco tempo —ressaltou o comandante, revelando que a Marinha é a Força que mais tem sido afetada pela perda de verbas.

Em virtude dessa condição, Bacellar afirmou que a Marinha vive hoje uma situação “extremamente delicada e preocupante”, a despeito do quadro técnico capacitado



Bacellar explica ao senador Collor que a Marinha precisa de ao menos R\$ 3,2 bi anuais, mas terá apenas R\$ 2,3 bi neste ano

e de continuar cumprindo a missão constitucional.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que a comissão tem a obrigação de suprir as necessidades brasileiras de defesa marítima.

— Se a situação hoje é relativamente tranquila, num futuro médio nós não sabemos o que pode acabar acontecendo — alertou o senador, reiterando que o presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), trabalhará com os demais membros na identificação de fontes de recursos adicionais.

Submarino nuclear

Uma das prioridades da Marinha é o programa de submarinos nucleares. José Agripino (DEM-RN) chamou a atenção para a importância

científica do projeto.

Desenvolvido em parceria com a França, o primeiro submarino teve o projeto de sua fase básica finalizado em janeiro, e, de acordo com Bacellar, a construção de fato deve começar em 2020.

— Um submarino nuclear já é um avanço significativo para nós, ainda que não lancemos mísseis balísticos. E talvez nem seja o momento para desenvolvermos isso. Exigiria uma necessidade estratégica — afirmou o almirante de esquadra.

Em resposta a Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o militar disse que o acordo com a França tem sido vantajoso também na transferência de tecnologia, com centenas de engenheiros e técnicos brasileiros atuando naquele país.

— Mas no reator nuclear, ninguém nos ajuda. Aliás, tem país que, se puder, vai querer nos atrapalhar. É um grande desafio de nosso programa — informou.

O comandante também ressaltou a relevância que possui o programa nuclear da Marinha na retenção de milhares de jovens cientistas que “provavelmente já estariam trabalhando fora do país, se não fosse ele”.

No que diz respeito à atuação da Marinha como um todo, Bacellar destacou a importância que tem o resguardo das águas territoriais para a internet (dependente de cabos submarinos) e para as trocas comerciais, pois cerca de 10% do que se transporta por mar em todo o mundo passa por águas brasileiras.

País poderá ter de cumprir de imediato decisões sobre direitos humanos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem projeto determinando que decisões de tribunais e órgãos internacionais de direitos humanos, relativas à responsabilidades do Estado brasileiro e fruto de acordos assinados, devem produzir efeitos imediatos no sistema jurídico do país.

O PLS 220/2016, de Raulo Rodrigues (Rede-AP), foi relatado por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto estabelece que o cumprimento das sentenças independe de homologação interna e de prescrição, coisa julgada, decadência, anistia ou qualquer outro motivo.

O texto propõe que ações judiciais de implementação das sentenças deverão ter prioridade sobre todos os outros atos judiciais, ressalvados mandados de segurança e habeas corpus.

Manchester

Por iniciativa do presidente da comissão, Fernando Collor (PTC-AL), a CRE aprovou voto de profundo pesar pelo atentado em Manchester e voto de solidariedade às vítimas da grande fome na Ucrânia há 85 anos. Outros três acordos internacionais (PDSs 12/2017, 18/2017 e 19/2017) também passaram na comissão.

Sociedade precisa atuar na proteção ambiental, aponta debate

A integração entre Estado e sociedade é um dos fatores que podem garantir a proteção ao meio ambiente, a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade econômica em harmonia com a natureza. Foi o que recomendou, na terça-feira, boa parte dos debatedores no último painel do Colóquio Judicial sobre Constituição, Ambiente e Direitos Humanos: prática e implementação, realizado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), em parcerias com instituições nacionais e internacionais.

O diretor do Instituto Chico Mendes (ICMBio) Cláudio Maretti usou o termo “conservação colaborativa” para defender um novo modelo de ação destinado às áreas protegidas, como parques nacionais e áreas de proteção permanente (APPs) e de proteção ambiental (APAs).

Maretti entende que a sociedade pode colaborar por



Senador Cristovam Buarque (C) preside colóquio com especialistas em meio ambiente do Brasil, do Peru e da Bolívia

meio de ações voluntárias em brigadas de incêndio, conexão com organizações não governamentais e participação em programas que envolvam comunidades em projetos de extrativismo e de pesquisa.

Na mesma linha, o diretor da Wildlife Conservation Society no Brasil, Carlos Durigan, falou em “integração de atores” para minorar problemas como o impacto das obras de infraestrutura na conectividade entre os rios da Amazônia, citada por vários debatedores como uma região que necessita de

ações conjuntas dos governos e povos dos países situados na floresta.

Danos

Integrante de uma vara especializada em meio ambiente em Manaus, a juíza Mara Elisa Andrade criticou tanto as prefeituras, que não fazem a sua parte para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e oneram a população com os lixões, quanto os órgãos ambientais, como o Ibama, que aplicam multas severas às pessoas

pobres, mas não identificam criminosos ambientais sérios em garimpos.

— Os mais pobres são os que mais sofrem com os danos ambientais — alertou a juíza, que deu como exemplo o problema da falta d’água.

Para o juiz federal Paulo Anaisse, que atua em Itaituba (PA), a participação da sociedade é prejudicada pela violência contra os defensores do meio ambiente, que necessitam de proteção das polícias militar e Federal.

Ele citou danos a unidades

de conservação, desmatamento, invasão de terras públicas, poluição de rios por mercúrio e revolvimento dos cursos d’água por mineração.

Para a ministra Iris Estela Huanca, da Corte Suprema do Peru, as comunidades indígenas são as que têm as melhores habilidades para proteger o meio ambiente. Mas o país, disse, não tem uma política de demarcação de terras, o que prejudica o estabelecimento dessa população.

Fundador da Sociedade Boliviana para o Direito Ambiental, Ricardo Saucedo criticou o uso, no seu país, de soluções administrativas, como multas e suspensão de projetos danosos, que são pontuais, em vez de soluções judiciais, mais duradouras.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) criticou a aprovação pelo Senado, nesta semana, de medida provisória que permite a exploração agrícola dentro de reservas florestais.

Contra suicídio, debate aborda criação da Semana de Valorização da Vida

A cada 45 minutos, uma pessoa tira a própria vida no Brasil. De acordo com especialistas, país precisa investir em ações de prevenção

ENQUANTO A AUDIÊNCIA pública que durou 2 horas e 15 minutos ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ocorria, 3 pessoas cometeram suicídio no Brasil e 199 no mundo.

Os dados de que um suicídio ocorre a cada 45 minutos no Brasil e a cada 40 segundos no mundo foram levados ao debate na CAS pelos participantes com o objetivo de convencer os senadores a apresentar um projeto de lei criando a Semana Nacional de Valorização da Vida.

A iniciativa da audiência pública partiu do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que já havia apresentado um projeto com esse objetivo em 2016, mas o retirou por problemas técnicos no texto.

O Brasil, oitavo país no mundo em número de suicídios, é signatário do Plano de Ação em Saúde Mental, feito em 2013 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O acordo busca a redução da taxa de suicídios em 10% até 2020.

Subnotificação

Nos últimos dez anos, o número de suicídios no país tem aumentado. Estima-se que até 2020 haverá um incremento de 50% no número anual de mortes por suicídios.

— Isso tudo equivale a aproximadamente 32 casos por dia, levando em consideração que a gente ainda tem a subnotificação e que essa subnotificação está muito vinculada ao preconceito contra o portador de algum transtorno mental — disse a presidente da Associação Psiquiátrica de Brasília (APBr), Maria Dilma Teodoro.

Nas subnotificações dos casos de suicídio, o registro é feito como “morte acidental” ou “por causa indeterminada”. Os motivos para a distorção podem estar relacionados a estigma social, razões jurídicas ou preenchimento inadequado pelo médico.

Os dados têm preocupado o governo federal, segundo o coordenador-geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Quirino Cordeiro Junior.

De acordo com ele, o governo estabeleceu três ações para tentar conter esse avanço: a ampliação e a estruturação da Rede de Assistência Psicossocial, um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da



Marta Suplicy fala em audiência dedicada a debater o suicídio: aumenta no Brasil número de pessoas que se matam

Saúde e o Centro de Valorização da Vida (CVV) e a organização do Plano Nacional de Prevenção ao Suicídio.

Segundo o psiquiatra da APBr Carlos Guilherme Figueiredo, 1,3 milhão de jovens no mundo morrem em razão de causas evitáveis ou tratáveis, sendo a primeira os acidentes de trânsito (11,6%) e a segunda, o suicídio (7,3%).

Jovens

De acordo com Figueiredo, a partir de 1995 o índice de suicídio entre os jovens aumentou muito. De 1996 a 2002, 66% dos suicídios em São Paulo se deram na faixa etária de 5 a 44 anos.

Segundo ele, os principais fatores de risco para o suicídio dos jovens do sexo masculino são o afastamento dos pais biológicos, o divórcio dos pais, o suicídio dos pais, de parentes próximos ou de amigos e a dependência química. Para meninas entre 15 e 19 anos, são a gravidez precoce e o aborto.

— São fatores para chamar a atenção a mudança de comportamento tanto na escola quanto no ambiente familiar: deixar de participar das atividades em sala de aula, isolar-se, desinteressar-se de atividades que considerava prazerosas — afirmou.

Transtorno mental

Cordeiro Junior, do Ministério da Saúde, afirmou que quase 100% dos casos de suicídios estão relacionados a algum transtorno mental. Ele explicou que a atenção aos pacientes que apresentam transtorno mental é uma das iniciativas mais importantes na prevenção do suicídio.

— Há um crescimento importante do número dos Centros de Atenção Psicossocial, os Caps. Temos no país 2,5 mil Caps, que atendem a pacientes com transtornos mentais graves. Agora estamos trabalhando para que haja uma qualificação melhor desses

pontos de atenção psicossocial, para que os pacientes sejam tratados de maneira apropriada — disse.

De acordo com Figueiredo, a mídia tem noticiado com mais constância e de maneira mais adequada o suicídio, não informando o modo como ocorreu a morte.

No entanto, Rodrigo Nejm, diretor de Educação da associação SaferNet, que combate crimes e violações aos direitos humanos na internet, citou que o “jogo” da Baleia Azul, originado de uma notícia falsa na Rússia, ganhou proporções maiores no Brasil em razão da divulgação da imprensa.

— O Baleia Azul foi uma *fake news* [notícia falsa] que se alastrou de forma bastante séria. Foi justamente a cobertura irresponsável de alguns veículos que inaugurou o fenômeno aqui. O tal Baleia Azul ganhou materialidade por causa do efeito contágio.

Seriado de TV

Os participantes da audiência também ressaltaram o papel do seriado da Netflix *13 Reasons Why*, que trata do suicídio de uma jovem, de colocar o assunto em pauta e quebrar o tabu sobre o tema. Mas destacaram que a série tem um lado ruim, que é mostrar o passo a passo do suicídio realizado pela protagonista.

— O suicídio é “contagioso”. Por isso, divulgar o ato suicida é prejudicial, mas falar sobre suicídio não. É preciso que os assuntos depressão, sofrimento e dificuldade sejam pautados — afirmou o psiquiatra e vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal, Thiago Blanco Vieira.

Trabalho voluntário

O CVV de Brasília existe há 55 anos e hoje atua com 2 mil voluntários em 70 cidades do país. Os voluntários são pessoas de qualquer formação, que passam por um treinamento

e precisam dispor de quatro horas semanais para ouvir quem procura o serviço.

— A gente funciona como um pronto-socorro emocional — explica a coordenadora de Comunicação do CVV de Brasília, Leila Herédia. — A pessoa precisa conversar, dialogar, falar das angústias que estão incomodando naquele momento, seja de manhã, de tarde, de noite, de madrugada. Ela pode ligar para o CVV, que vai ter um voluntário para ouvi-la nos sete dias da semana, nos 365 dias do ano.

Automutilação

Leila informou que a maioria das pessoas que ligam para o CVV é jovem. No caso das meninas, segundo ela, têm ocorrido muitos casos de automutilação.

Uma das sugestões para ampliar o acesso ao CVV, além da divulgação, é determinar a gratuidade da ligação (telefone 141). O CVV também tem postos de atendimento presencial e pela internet (cvv.org.br).

Garibaldi disse que os senadores terão o desafio de transformar em lei o futuro projeto prevendo a Semana Nacional de Valorização da Vida, e a imprensa, a missão de fazer a divulgação devida.

— A sociedade não tem a dimensão do problema e nós temos o imenso desafio de fazer com que ela se mobilize.

Relatoria

Garibaldi pediu que Marta Suplicy (PMDB-SP) relate o projeto a ser elaborado.

A senadora sugeriu que se realize uma reunião entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e a Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), para que conheçam a dimensão do problema e organizem uma primeira atividade na Semana Nacional de Valorização da Vida, que, sendo o projeto de lei aprovado, será fixada em setembro.

Braga critica demissão de presidente da Zona Franca de Manaus

Eduardo Braga (PMDB-AM) criticou a decisão do presidente Temer de exonerar a presidente da Superintendência da Zona Franca de Manaus, a deputada Rebecca Garcia (PP-AM). Ela foi exonerada na terça, data em que foi aprovado no Plenário uma medida provisória que cria duas novas taxas a serem cobradas pela Sufrema.

O senador afirmou não haver explicação para a demissão da presidente a não ser uma nova indicação política para o posto. Rebecca exercia o cargo desde 2015.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Paulo Rocha aponta retomada de conflitos agrários no Brasil

A retomada dos conflitos de terra no país foi alvo de protestos de Paulo Rocha (PT-PA) no Plenário. O senador citou o assassinato de 10 trabalhadores rurais no sul do Pará na quarta-feira.

— É impressionante que os governantes utilizem os mesmos métodos violentos para proteger o latifúndio. Os policiais tinham ordem de prisão, e não de execução. A Ordem dos Advogados do Brasil e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já deslocaram advogados para o local para apurar os fatos.



Gerardo Magalhães/Agência Senado

DÊ SUA OPINIÃO

Texto cria jornada de trabalho de 4 horas diárias para idosos

Pessoas com mais de 60 anos poderão trabalhar em regime diferenciado, com jornada diária de quatro horas. É o que propõe Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) no PLS 142/2017.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em:

<http://bit.ly/PLS91-2017>

■ Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal

e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

■ Comente também na página do Senado no Facebook: [facebook.com/senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)